PEREIRA, Carlos Lemes. Desapropriação ameaça 39 propriedades: decretos publicados ontem tornam de utilidade pública a área compreendida em um terço da José Paulino e cinco lotes no Parque São Paulo. Diário do Povo, Campinas, 14 mar. 1997.

CARLOS LEMES PEREIRA

A Prefeitura de Campinas colocou ontem na mira de desapropriações um pacote de 39 propriedades particulares. A maioria (34) se concentra na rua José Paulino, no Centro, e a justificativa é um projeto de alargamento da via. Os demais são lotes do Parque São Paulo (região sudoeste), que deverão ceder espaço à uma marginal da rodovia Santos Dumont.

As autorizações para as desapropriações constam de dois decretos de declaração de utilidade pública, publicados na edição de ontem do *Diário Oficial do Município*, assinados pelo prefeito Chico Amaral (PPB) e por um *pool* de secretários municipais.

Apesar de tanto reforço aos decretos, o *staff* de Amaral não forneceu mais explicações sobre os projetos que estariam por trás dos planos de desapropriações.

Nem mesmo quem co-assinou os decretos, como o secretário de Planejamento, Sílvio Romero. "Não me cabe comentar nada, pois a área de interesse é a Secretaria de Obras", esquivou-se.

O secretário de Obras, João Carlos Barillari, não concedeu entrevista. Geraldo Bassoli Cezare, de Negócios Jurídicos, e Eduardo Maia Ferraz, de Finanças, outros que também assinam os decretos, não foram localizados, assim como o prefeito.

O gerente municipal, José de Vasconcelos Cunha - que não assina os documentos - alegou total desconhecimento. "Deve se tratar de assuntos pontuais, que não costumam passar por mim", justificou.

Os textos dos decretos se limitam a vagas referências sobre os motivos que podem levar às desapropriações, sem definir datas. A validade legal de declarações de utilidade pública é de cinco anos, prazo no qual os projetos podem ou não serem executados.

Embora não tenha sido divulgada também qualquer projeção dos custos das eventuais indenizações, os decretos estabelecem que "As despesas decorrentes (...) correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada, se necessário".

A atmosfera de mistério que a Administração resolveu manter sobre o assunto acabou rendendo apreensão para proprietários relacionados nessa "reserva desapropriatória". É que, independente de se concretizarem ou não as desapropriações, eles temem desvalorização imobiliária.

"Minha família tem um barracão na José Paulino, alugado pra atividades comerciais. Vamos ter que descobrir agora o quanto seremos afetados por essa história", afirmou Alexandre Baetas, herdeiro de um imóvel constante da lista de candidatos a desapropriações.

Mas há os mais tranqüilos. "Como essa conversa de alargamento vem de longe, eu e outros tomamos o cuidado de recuar as áreas construídas. Não deve ter muito a desapropriar", disse Armando Zanolini, outro proprietário. O decreto referente à José Paulino se refere a "partes de lotes".

Pela localização do trecho descrito no decreto 12.498 (cerca um terço da rua, entre a Henrique Barcelos e a Moraes Sales), o alargamento poderá auxiliar uma futura interligação entre a Suleste e a Aquidabã. Ou seja, a eliminação da última "trava" de um dos maiores complexos viários de Campinas.

Biblioteca Centro de Memória - Unicamp
CMUHE011923

Trecho da rua José Paulino, no Centro de Campinas, que foi declarado de utilidade pública: plano de alargamento pode estar ligado a um projeto mais amplo de aperfeiçoamento viário